



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001910-11.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**  
 Requerente: **ALBERTO ASSUMPCÃO SILVA**  
 Requerido: **IATE CLUBE SAO CARLOS REPRESA DO LOBO BROA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Alberto Assumpção Silva propôs a presente ação contra o réu Iate Clube São Carlos Represa do Lobo Broa, requerendo a consignação em pagamento das mensalidades destinadas à manutenção das dependências do réu, com a declaração de quitação, no valor mensal de R\$ 225,00, tendo em vista que, desde o mês de dezembro de 2013, a administração do réu não encaminha nenhum boleto destinado ao pagamento das mensalidades.

Decisão de folhas 13 deferiu o depósito da quantia que o autor entende devida.

O réu, por sua administradora provisória de fato, em contestação de folhas 129/136, recusou a oferta de pagamento ofertada pelo autor, sustentando que a associação teve seu estatuto aprovado em assembleia geral ordinária realizada em 02 de setembro de 1967 e, desde então, a representação da associação permaneceu juridicamente inalterada, não sendo atendidas as demais exigências estatutárias em razão do falecimento de quase todos os diretores primários, permanecendo atualmente acéfala e necessita de provimento judicial para suprir tal lacuna. Os artigos 48 a 54 dispõem que seria necessária a venda de 2.000 quotas de sócios-proprietários para, só então, as terras pudessem ser adquiridas, todavia, jamais foram vendidos os 2.000 títulos, ao contrário, vários sócios foram se desligando, diminuindo a arrecadação, enquanto que as despesas permaneciam inalteradas. Com o falecimento do sócio-gerente fundador, Júlio Miskey, a senhora Sueli e seus filhos passaram a exercer a administração de fato do Iate Clube, não possuindo, atualmente, uma diretoria legitimamente eleita. Aduz que os Miskey aportaram inúmeras vezes capital próprio ao clube, atingindo o montante de mais de R\$ 2.500.000,00 nos últimos dez anos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, a receita das contribuições dos sócios mal dá para pagar as despesas mais simples como água, luz, telefone, tributos, salários e encargos trabalhistas e previdenciários, quanto mais para pagar os demais gastos inerentes às atividades de um clube de campo, tais como piscinas, quadras de esportes, gramado, playground e outros. Sustenta que ao tempo do ajuizamento da ação para nomeação de administrador provisório, o Iate Clube contava com apenas 17 sócios ativos, contribuindo com a mensalidade em torno de R\$ 200,00 para o pagamento de todas as despesas, cuja arrecadação girava em torno de R\$ 3.400,00, enquanto que os débitos superavam a quantia de R\$ 10.000,00, sendo esta diferença suportada pela administradora provisória de fato, Suely Miskey. Alega que nenhum dos sócios remanescentes concorda com a majoração das mensalidades. Aduz que o Iate Clube pleiteou judicialmente a nomeação de um administrador provisório, que tenha poderes para convocar uma assembleia geral extraordinária, a fim de realizar eleição de uma diretoria, majoração das contribuições mensais em patamares justos e equitativos entre os atuais associados, para fazer frente a todas as despesas ou, então, para deliberarem acerca da dissolução da associação. Todavia, ante a morosidade da tramitação daquele processo, não houve outra alternativa senão fechar as portas do Iate Clube até que o administrador judicial provisório venha a tomar uma das providências pleiteadas na ação. Assim sendo, o réu rejeita a prestação ofertada, por não espelhar o valor real da mensalidade devida.

Réplica de folhas 243/253.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pela prova documental colacionada pelas partes.

Pretende o autor a consignação em pagamento das mensalidades destinadas à manutenção das dependências do réu, com a declaração de quitação, no valor mensal de R\$ 225,00, tendo em vista que, desde o mês de dezembro de 2013, a administração do réu não encaminha nenhum boleto destinado ao pagamento das mensalidades.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu, por meio de sua administradora provisória de fato, sustenta que tal valor não supre às reais necessidades da associação, sendo insuficiente para a manutenção, tendo em vista que, atualmente, conta com 17 associados.

O réu, por meio de sua administradora provisória de fato, ajuizou ação para nomeação de administrador judicial, conforme se depreende da cópia da petição inicial colacionada às folhas 138/147. Referida petição traz a relação nominal dos 17 associados (**confira folhas 138/147**).

Naquela ação, em acórdão proferido em sede de agravo de instrumento, foi indeferida a nomeação da senhora Sueli Miskey como administradora provisória da associação, diante da colisão de interesses, uma vez que é proprietária da gleba de terras onde se encontra instalada a associação, determinando que o juiz de direito de 1ª Instância nomeasse um de sua confiança (**confira folhas 223/230**). Todavia, o referido administrador nomeado ainda não entrou na posse da administração, tendo em vista que o conflito de competência suscitado pelo Juízo de Direito da Comarca de Brotas não foi julgado pelo Egrégio Tribunal de Justiça.

De fato, a quantia mensal de R\$ 225,00 não supre as reais necessidades da associação, que contava, à época do ajuizamento da ação de nomeação de administrador judicial, com 17 associados (**confira folhas 145/146**).

Para corroborar esse entendimento, confira o recibo de pagamento da mensalidade do mês de junho de **2001**, no valor de R\$ 135,00 (**confira folhas 175**). Até a propositura desta ação, 13 anos se passaram e a majoração foi de aproximadamente 66% em todo esse período.

Conferir quitação das mensalidades pelo valor pretendido pelo autor importaria em enriquecimento sem causa, razão pela qual a improcedência do pedido é



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

medida de rigor.

Diante do exposto, rejeito o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 2.500,00, ante o bom trabalho realizado nos autos, anotando-se a complexidade da causa, que conta 279 folhas digitais, com atualização monetária desde a data de hoje e juros de mora contar do trânsito em julgado.

Com o trânsito em julgado, defiro o levantamento dos valores depositados nos autos em favor do autor.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de outubro de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**